

Petição pela Garantia de Habitação Digna e Acessível para Todos

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Nós, cidadãos portugueses abaixo-assinados, dirigimo-nos respeitosamente a esta Assembleia para reivindicar a implementação de políticas públicas eficazes que garantam o direito fundamental à habitação digna para todos os portugueses. O atual cenário habitacional em Portugal tornou-se insustentável devido a múltiplos fatores, incluindo a inflação descontrolada, a proliferação de alojamentos turísticos e a crescente aquisição de imóveis por investidores estrangeiros, que contribuíram para a escalada exorbitante dos preços da habitação, tanto para compra quanto para arrendamento.

O acesso à habitação, que deveria ser um direito básico, tem-se transformado num privilégio ao alcance de poucos. O governo, até ao momento, não apresentou soluções concretas e eficazes para combater este problema. A ausência de regulamentação adequada e a inexistência de tetos máximos para os valores praticados têm levado a um abuso generalizado, tornando impossível para grande parte da população adquirir ou arrendar uma casa condizente com os seus rendimentos.

Uma das poucas medidas adotadas pelo governo – a criação de um apoio destinado à aquisição da primeira habitação – revela-se manifestamente insuficiente e excludente, uma vez que impõe um limite de idade de 35 anos para beneficiar do apoio. Tal restrição ignora a realidade de inúmeros cidadãos que, devido à instabilidade económica e à crise dos últimos anos, ainda não conseguiram reunir as condições necessárias para adquirir a sua primeira habitação própria. Consideramos que esta medida deve ser reformulada, alargando o apoio a todas as pessoas que estejam a adquirir o seu primeiro imóvel para habitação própria e permanente, independentemente da sua idade.

Diante deste contexto preocupante, exigimos do Parlamento e do Governo medidas urgentes e eficazes, nomeadamente:

- Regulação dos preços da habitação – Adoção de limites máximos para os valores praticados na compra e no arrendamento de imóveis, ajustados à realidade salarial da população portuguesa.
- Controlo sobre alojamentos turísticos – Implementação de políticas que limitem o número de imóveis destinados exclusivamente ao turismo, especialmente nas zonas urbanas mais afetadas pela especulação imobiliária.
- Restrições à aquisição de imóveis por estrangeiros não residentes – Introdução de medidas que evitem a excessiva compra de propriedades por investidores estrangeiros, que inflacionam artificialmente o mercado imobiliário.
- Apoios à compra de habitação sem limite de idade – Extensão do benefício para aquisição da primeira habitação a todas as pessoas que não possuam imóvel próprio, independentemente da idade.
- Investimento público na construção e requalificação de habitação acessível – Promoção da construção de imóveis a preços controlados e reabilitação de edifícios devolutos para colocação no mercado a custos acessíveis.

Acreditamos que garantir o direito à habitação acessível não é apenas uma questão de justiça social, mas um fator essencial para o desenvolvimento económico e a estabilidade da sociedade portuguesa. Assim, apelamos ao Parlamento para que assuma a sua responsabilidade e tome medidas concretas para enfrentar esta crise habitacional.

Pelo direito a uma habitação digna para todos,

Os cidadãos subscritores desta petição.

Vera Margarida Alves Rodrigues